

Os credores apresentam

Dívida
as suas *externa*
dúvidas

GAZETA MERCANTIL

por Celso Pinto

de Londres

15 JAN 1992

O governo ainda espera uma decisão judiciária a seu favor na questão do pagamento do aumento de 147% aos aposentados, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) examinar o mérito da questão "em semanas".

Se a decisão do STF for negativa para o governo e o Congresso rejeitar a proposta apresentada pelo Executivo para financiar a despesa adicional (veja matéria ao lado), só restam duas opções, segundo o presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros. Ou "o Congresso apresenta uma solução alternativa" ou o governo vai parar de pagar as contas da Previdência quando acabarem os recursos orçamentários.

A questão do aumento da Previdência, admitiu Gros, foi a principal dúvida que ele ouviu nas conversas com credores oficiais e privados, na segunda-feira e terça-feira, em Paris e em Londres. Será, também, uma questão importante nas discussões com o FMI que terá em Washington, para onde iria hoje.

O "board" do Fundo examinará o programa de ajuste brasileiro, acoplado a um financiamento de US\$ 2 bilhões, na próxima semana. Perguntado por este jornal se considerava possível que o FMI rejeite ou adie a aprovação do programa em função do problema da Previdência, Gros foi cauteloso na resposta.

"Não descarto a possibilidade de qualquer coisa acontecer", disse ele. "Isso depende do FMI." No entanto, Gros acha que a decisão do aumento de 147% "não tem nada de extraordinário: é mais uma demanda da sociedade, como a demanda por aumento de salário dos professores, mais gastos em armamentos militares, etc.". A diferença em relação ao passado é que o governo está obrigado constitucionalmente a se ater ao orçamento. "Se não tiver recursos disponíveis para cobrir os gastos, não vamos gastar."

Gros usou essa linha de argumentação no encontro que teve em Paris, segunda-feira, com o presidente do Clube de Paris, que negocia a dívida oficial, Jean-Claude Trichet. A questão voltou a surgir nos encontros de ontem em Londres. Ele esteve com o secretário do Tesouro britânico, John Maples, com o vice-presidente do Banco da Inglaterra, Edward George,

(Continua na página 23)

Os credores apresentam as suas...

por Celso Pinto
de Londres
(Continuação da 1ª página)



Francisco Gros

com o executivo principal da América Latina do Midland Bank, Stewart Gager, e com o presidente do Lloyds Bank, Sir Jeremy Morse.

Sua maior platéia, contudo, foram os perto de duzentos executivos, principalmente do mercado financeiro, que foram a um seminário que durou todo o dia sobre investimentos no Brasil, organizado pela corretora britânica Stephen Rose. Gros fez o discurso da hora do almoço e respondeu a algumas questões — uma delas, inevitavelmente, sobre a Previdência.

Numa entrevista à imprensa, no final da tarde, Gros confirmou que Trichet levantou a questão da equidade de tratamento pelo Brasil aos seus credores oficiais e privados. Alguns governos, disse-lhe Trichet, alegam que enquanto o Brasil passou a pagar 30% dos juros devidos aos bancos e desembolsou US\$ 2 bilhões para acertar os atrasados não pagou coisa alguma aos credores oficiais.

"Não queremos privilegiar ninguém", argumenta Gros, "mas é preciso tratar de forma desigual credores desiguais." Ele disse que não quis apresentar uma proposta preconcebida, acabada, ao Clube de Paris e que quer chegar a um acordo que funcione com todos os credores. De outro lado, contudo, "tenho certeza que todos entendem que há limitações sobre o que podemos pagar. Não podemos pagar todos os atrasados ao Clube de Paris", explicou. O Brasil deve US\$ 20 bilhões aos credores oficiais e está com quase US\$ 9 bilhões em atrasados.

Gros insistiu em que gostaria de fechar um acordo o mais rápido possível com os bancos privados. "Seria lucrativo para todos nós se fechássemos tão rápido quanto possível", insistiu. "Isso depende, contudo, dos dois lados: não podemos forçar os bancos a fa-

zer um acordo se eles não quiserem."

Ele pensa em pedir um acordo ampliado (EFF) ao FMI, no futuro, o que exige pelo menos dois trimestres de cumprimento de metas de um acordo "stand-by". Um acordo ampliado permitiria ter acesso ao dinheiro dos credores japoneses. Como essa hipótese não pode ser concretizada de imediato, ele não contará com os recursos japoneses na discussão do acordo com os bancos.

OTIMISMO

O discurso de Gros durante o almoço, no seminário sobre o Brasil, foi cautelosamente otimista e acabou sendo bem recebido pela platéia. Gros lembrou que a percepção sobre o que está acontecendo no Brasil costuma chegar com uma defasagem no exterior. Quando o ministro Marcellio Marques Moreira e ele assumiram o comando da economia, "houve um excesso de otimismo fora do País". Quando surgiram problemas, a partir de setembro, "o excesso de otimismo virou pessimismo não checado".

Sua própria descrição do processo de ajuste brasileiro autorizaria apenas um cauteloso e qualificado otimismo. Gros lembrou as mudanças positivas já feitas, como a abertura externa da economia ("que era mais isolada do que a da Albânia"), os maiores incentivos aos investimentos externos e a normalização nas relações com a comunidade financeira internacional.

Alertou, no entanto, que existe muita tarefa difícil pela frente, passando pelo acordo com o FMI, Clube de Paris e bancos privados, pela privatização, pelo ajuste fiscal e pelas mudanças que mexerão "com algumas vacas sagradas do País", como o monopólio da extração do petróleo e das telecomunicações e o fim da aposentadoria por tempo de serviço. "Não queremos resultados espetaculares do dia para a noite", disse Gros, "estamos confiantes em que andamos no caminho correto."

"Não há solução mágica, fácil", frisou Gros. A platéia, de forma geral, recebeu bem suas colocações. Uma das vantagens da atual equipe, havia dito o coordenador do seminário, Stephen Rose, "é que eles fazem o que dizem e as pessoas passaram a acreditar que não há um plano no bolso do colete".

Esse tom cauteloso, mas basicamente positivo, prevaleceu, também, em várias apresentações feitas por executivos brasileiros, ao longo do seminário, representando a Petrobrás, a Sadia Concórdia, a São Paulo Alpargatas, a S.A. White Martins, a Vale do Rio Doce e a Telebrás. O seminário foi fechado com uma palestra do presidente do PSDB, Tasso Jereissati.

EMPRESÁRIOS

O objetivo do seminário, o primeiro no gênero em Londres, era fazer uma apresentação detalhada de

algumas grandes empresas abertas brasileiras para investidores interessados no mercado acionário. Inevitavelmente, de todo modo, surgiram questões sobre a visão das empresas e dos empresários quanto ao futuro do País e de seus mercados. Ninguém tentou traçar um panorama irrealisticamente róseo.

O presidente da São Paulo Alpargatas, Diego Bush, por exemplo, disse esperar que 1993 "seja o início de um período excitante no Brasil". Admitiu, no entanto, que seu grupo trabalha com planos de contingência para qualquer cenário. "Pode haver mudanças na equipe econômica, ou pode-se tentar fazer um novo congelamento, ou fechar a economia", disse. "São alternativas menos prováveis", sugeriu, mas também estão em suas considerações.

A Alpargatas ajustou-se aos tempos mais duros. Opera hoje, por exemplo, depois de fechar alguns negócios, com o mesmo número de empregados que tinha em 1979. Bush leva a sério o plano oficial de abrir cada vez mais as importações, embora aposte que isso deva acontecer "não tão rapidamente quanto o governo quer".

Luiz Fernando Furlan, vice-presidente executivo da Sadia Concórdia e presidente da Abrasca, descreveu os planos de seu grupo, que prevêem novos investimentos e futuras incursões em novas áreas, como, pro-

vavelmente, laticínios, biscoitos e pães derivados de trigo e vegetais congelados. Aposta, contudo, numa recuperação lenta da economia.

Ele acha que sua empresa não conseguirá recuperar margens de lucro no primeiro semestre deste ano, sob pena de perder consumidores, mas talvez possa melhorar um pouco as margens na segunda metade de 1992, ajudada pelas boas safras esperadas. Furlan disse que os números fortemente negativos da economia devem ser vistos com cautela. "Não acredito nos números oficiais", explicou, "porque há uma economia informal muito significativa."

Julio Cassano, diretor financeiro da S.A. White Martins, admitiu trabalhar com o mesmo tipo de cautela de Bush. Sua empresa está trabalhando com dois cenários. O primeiro, que ele acha mais provável, aposta que abril será "o ponto de inflexão", desde que os acertos externos tenham caminhado e o Congresso tenha aprovado a reforma fiscal de mais fôlego. Um outro cenário, no entanto, também existe e supõe o pior dos mundos: inflação descontrolada, o governo perdendo o comando econômico, etc.

AÇÕES

Ouvir dúvidas deste tipo de executivos de empresas brasileiras que querem atrair investidores externos pode não ser algo muito animador. O fato, contudo,

é que na platéia, como lembrou Rose, havia muitos que lucraram enormemente colocando dinheiro no Brasil, especialmente no mercado acionário. As ações da Telebrás, por exemplo, subiram de US\$ 1,7 no início do ano passado para US\$ 22 neste ano.

O interesse despertado pelo seminário é uma boa indicação da disposição do mercado financeiro em tentar ganhar ainda mais dinheiro com o Brasil. No entanto, também é verdade, como lembrou uma fonte qualificada brasileira, que esse entusiasmo ainda não é compartilhado por investidores não especulativos, interessados em abrir novas fábricas e correr riscos no setor produtivo.

O renovado acesso a capitais externos, mesmo assim, é um ponto importante para o Brasil. Gros mencionou que o País captou por diversos instrumentos US\$ 4 bilhões em 1990 e elevou esse total para US\$ 10 bilhões no ano passado. Para 1992, disse a este jornal o diretor da área externa do BC, Arminio Fraga, a previsão é captar "algo mais do que os US\$ 10 bilhões".

BM&F

OPERADOR ESPECIAL

Interessado em operar com exclusividade e sem vínculo empregatício, para instituição atuante em um, alguns ou todos os mercados da BM&F. Tr. (011) 288-6310.